



Ata da sessão ordinária de Assembleia Municipal realizada a 25 de setembro de 2020

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária no Pavilhão do Parque de Exposições, Mercados e Feiras a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1º. Ponto – Proposta de 3ª. Alteração Modificativa 2020 (Revisão Orçamental) -----

2º. Ponto – Proposta de Adesão à Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 -----

3º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Espaço de Jogo e Recreio no Largo Machado dos Santos --

4º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Requalificação de Parques Infantis -----

5º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Passeios em Reguengo/S. Mateus -----

6º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Requalificação da EB1 – Nª3 -----

7º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Requalificação da Rua do Pinheiro em Cortiçadas de Lavre -----

8º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Requalificação da Antiga EB1 de Cabrela -----

9º. Ponto - Assunção de compromisso plurianual – Aquisição de Bens – Fornecimento contínuo de bens alimentares para preparação de refeições / Refeitório Escolar de Montemor-o-Novo -----

10º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, o Centro Social e Paroquial de S.Cristóvão e a Junta de Freguesia de S.Cristóvão – Refeições Escolares – Ano letivo 2020/2021 -----

11º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, Associação dos Amigos Unidos pelo Escoural e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Refeições Escolares – Ano letivo 2020/2021 -----

12º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

13º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Beneficiação de Pavimentos da Envolvente ao Centro Cultural e Recreativo 1º. de Maio e Acesso ao Lar o Girassol e Rua da Liberdade, em S. Geraldo (União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras) -----

14º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Obras de Beneficiação no Edifício Escolar de Foros de Vale de Figueira -----

15º. Ponto – Proposta de Não Aceitação de Competências na área da Educação para 2021 -----

16º. Ponto - Proposta de Não Aceitação de Competências na área da Saúde para 2021 -

17º. Ponto - Proposta de Não Aceitação de Competências na área da Ação Social para 2021 -----

18º. Ponto – Declaração de Interesse – Requalificação do Espaço Coletivo do Coreto de Lavre -----

19º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes. -----

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:-----

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, António Joaquim Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, António Manuel Martins, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Elisabete Martins em substituição de Maria de Fátima Breia, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Isidoro Miguéns D’Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim José Fradinho Gervásio, João Miguel Amaro Marques, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, Lina Maltês em substituição de Rui Pascoa, Luis Filipe da Silva Machado, Maria da Conceição Pereira Carneiro, Manuel António Coelho, Márcio Rafael Torrinha Veríssimo, Nélia do Carmo Hermitério Regouga Campino, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Pedro Manuel Pinto Bento, Pedro Teixeira em substituição de Sónia Cristina dos Ramos, , Sandra Cristina Esperança Matias, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço e Susana Raquel Vicente Mendes registando-se vinte e sete presenças. -----

Esteve ausente nesta sessão o eleito senhor Duarte Manuel Vicente da Luz. -----

Estiveram ainda presentes a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Dra. Hortênsia Menino, as Senhoras Vereadoras Carmem Carvalheira e Palmira Catarro e os Senhores Vereadores Gil Porto, Henrique Lopes e Olímpio Galvão. -----

Não participou nesta sessão o Senhor Vereador António Pinetra. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para colocar à consideração dos eleitos uma proposta de alteração à ordem de trabalhos, a pedido da Câmara Municipal pelo caráter de urgência dos assuntos, no sentido de serem introduzidos alguns pontos, os quais apresentou de seguida. Essa proposta foi aprovada por maioria com três votos contra dos eleitos pelo CDS/PP(2) e pelo PSD(1). - O eleito pelo CDS/PP, senhor António Xavier apresentou uma declaração de voto dizendo que o seu voto não é contra os assuntos propostos para discussão, mas sim contra a prática recorrente de introduzir pontos na ordem de trabalhos, porque apesar de ser legal, considera que é contrária ao princípio da transparência. -----

Passou-se de imediato à discussão da proposta de ata da sessão ordinária que decorreu no dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e não havendo qualquer proposta de alteração foi colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade. -----

-----  
Deu-se início ao período antes da ordem do dia. -----

Pediu para usar da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado para apresentar uma Moção denominada “Repór as freguesias extintas – um imperativo democrático”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. -----*

*Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. -----*

*Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. -----*

*Embora em Montemor-o-Novo, as duas Uniões de Freguesias tenham optado por manter as suas sedes originais abertas e, assim, a resposta às populações, a resposta aos eleitos com a extinção de 5 freguesias, Cortiçadas de Lavre e Silveiras (criadas em 1988 por deliberação unânime da Assembleia da República e por proposta do PCP) e ainda Lavre, Nossa Senhora do Bispo e Nossa Senhora da Vila, levou a uma maior dificuldade de resposta às necessidades das populações. -----*

*Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. -----*

*O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. -----*

*De então para cá as populações, de norte a sul do país, continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----*

*Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----*

*Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. -----*

*O PCP já voltou a apresentar, em Dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. -----*



*A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. -----*

*O PS e o Governo assumiu que apresentaria na Assembleia da República a Proposta de Lei, previamente negociada com a ANAFRE até finais de julho de 2020. -----*

*Estamos em setembro de 2020 e a Proposta de Lei ainda não foi apresentada, colocando em causa a possibilidade de repor as Freguesias extintas já nas próximas eleições autárquicas de 2021 -----*

*A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 25 de setembro de 2020, no Pavilhão do Parque de Exposições Mercados e Feiras de Montemor-o-Novo delibera: -----*

*1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquico; -----*

*2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.” -----*

Sobre o documento apresentado interveio o eleito senhor Joaquim Galvão afirmando que considera necessária a reposição de algumas freguesias. É da opinião que apesar de ter sido positiva a extinção/agregação de algumas freguesias, existem muitas populações que ficaram prejudicadas com a extinção das suas freguesias. Por essa razão os eleitos pelo PS irão votar favoravelmente esta moção. -----

Pediu também a palavra o eleito pelo CDS/PP, senhor António Xavier afirmando que este assunto tem sido uma das grandes bandeiras do PCP ao longo dos últimos anos, mas que também foi o PCP que ajudou a aprovar este orçamento. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes dizendo que no Congresso da Anafre, que decorreu em janeiro de dois mil e dezoito em Viseu, o senhor Ministro assumiu perante todas as freguesias que o governo iria avançar com o projeto de lei para a reposição de freguesias. Desde esse dia, até à presente data, passaram mais de dois anos e o governo apenas empurrou com a barriga esta questão. Considera que não existem qualquer justificação que possa relacionar-se com a questão da Pandemia. Em resposta à intervenção do eleito António Xavier, o eleito disse que é da responsabilidade de todos os partidos políticos na Assembleia da República votarem o orçamento de estado, não quer dizer que este seja o mais adequado, mas votar contra apenas pela questão da reposição das freguesias, seria uma grande irresponsabilidade.

Voltou a usar da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, o qual agradeceu a posição assumida pelo eleito do CDS/PP, a qual era previsível que assim fosse, porque foi justamente o CDS/PP com o PSD que fizeram aprovar, para além da Lei da Relvas também a famosa Lei da Rata. Relembrou a todos que quem apoiou as negociações do PS com a troika foi o CDS/PP e o PSD, não foi o PCP. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis dos eleitos pela CDU(15), pelo PS(9) e pelo PSD(1) e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP. -----

De seguida pediu para usar da palavra a eleita senhora Susana Picanço para apresentar em nome dos eleitos pela CDU, uma Evocação denominada “Evocação a António Maria Casquinha e José Geraldo (Caravela), a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“Assinala-se no próximo dia 27 de setembro 41 anos decorridos do assassinato de dois operários agrícolas montemorenses, em setembro de 1979. António Maria Casquinha e José Geraldo (Caravela), trabalhadores da UCP Salvador Joaquim do Pomar, realizavam uma ação de solidariedade com os trabalhadores da Cooperativa Bento Gonçalves, em Montemor-o-Novo, quando foram assassinados. -----  
Porque temos no Presente um compromisso com o passado e com a Memória, sem a qual não é possível construir o Futuro, relembramos hoje nesta Assembleia Municipal as palavras de António Gervásio, resistente antifascista, sobre os odiosos acontecimentos: -----*

*«.. em 27 de setembro, ... na herdade Vale do Nobre, pertencente à UCP Bento Gonçalves, foram barbaramente assassinados a tiro de metralhadora pela GNR, António Maria Casquinha, de 17 anos de idade, e José Geraldo (Caravela), ambos da UCP Joaquim Salvador do Pomar, no Escoural. Esta operação criminosa, durante o governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, tem lugar quando uma força da GNR – comandada pelos capitães Matias, Faria e sargento Maximino, conhecidos pela sua fúria contra a Reforma Agrária e os seus trabalhadores – envolvida com agrários e funcionários do Ministério da Agricultura e Pescas, como Avelino Delicado Couceiro Braga e Cortes Correia, procurava roubar um rebanho de vacas da UCP Bento Gonçalves. Nesta luta em defesa do rebanho de vacas estavam envolvidas dezenas de trabalhadores de outras UCP que foram em solidariedade com a UCP Bento Gonçalves. As forças repressivas, raivosas, como não conseguiram roubar as vacas, abriram fogo sobre os trabalhadores. Caíram mortos Casquinha e “Caravela”! Vários outros ficaram feridos. Estes odiosos assassinatos custaram uma profunda revolta e dor, não só no concelho de Montemor-o-Novo como em todo o País. O funeral destes dois trabalhadores envolveu milhares de pessoas. Os responsáveis nunca foram tornados públicos nem julgados!» -----*

*Estes trabalhadores estavam apenas a defender pacificamente aquilo que consideravam justo e, portanto, a exercer o seu Direito de Resistência, direito esse consagrado na Constituição da República, fruto da Revolução de Abril. -----*

*Estavam, juntamente com outros trabalhadores, alguns dos quais ficaram também feridos, a defender aquela que foi uma das mais belas conquistas da Revolução, a Reforma Agrária. Essa Reforma Agrária que permitiu que nesses anos Portugal se tivesse tornado quase autossuficiente em matéria alimentar e que conduziu milhares de trabalhadores do Alentejo a sair do limiar da pobreza, ao garantir trabalho remunerado todo o ano e alguns dos direitos que, ainda hoje perduram tais como as férias ou os feriados pagos, o subsídio de férias ou o 13º mês. Aquela Reforma Agrária que os governos da altura atacaram e destruíram levando de novo o desemprego e o espectro da fome aos campos do Alentejo. -----*

*Estes trabalhadores morreram assassinados em tempo de Democracia e os seus assassinos diretos ou os mandantes nunca foram julgados pelo que a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo não pode deixar de Evocar a Memória destes Resistentes, para que nunca mais se repita, na defesa de Portugal de Abril, Democrático e Justo. -----*



Montemor-o-Novo, 25 de setembro de 2020 -----

Interveio o eleito senhor Joaquim Galvão referindo que conheceu os dois e que sempre estará do lado dos que tombam em nome da liberdade. No entanto, disse não concordar com as referências a alguns nomes ao longo do documento. A Reforma Agrária teve vários problemas, deveríamos fazer um balanço sobre esta questão. -----

A Sra. Presidente da Assembleia informou que o documento não seria sujeito a votação. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Guilherme Franco para solicitar alguns esclarecimentos e qual o ponto de situação relativamente ao início do ano letivo no concelho. Perguntou ainda se a Câmara Municipal pretende manter a atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal, a qual informou sobre a ausência do senhor Vereador António Pinetra, por se encontrar no gozo de férias. -----

De seguida deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto para responder às questões colocadas pelo eleito da CDU. -----

No uso da palavra o senhor Vereador Gil Porto referiu que se trata de um ano completamente atípico e que começou a ser preparado em conjunto com o Agrupamento de Escola já há algum tempo, mas com bastantes dificuldades porque vai sendo publicada legislação quase diariamente. Referiu que o Município tem tido muitas dificuldades no transporte de alunos, uma vez que devido à situação pandémica a lotação das viaturas foi reduzida para dois terços da sua capacidade, obrigando assim à realização de um maior número de deslocações. Disse também que estão a ser realizadas negociações com taxistas e que neste momento já existem muitos táxis afetos apenas ao transporte escolar no concelho. Informou ainda que existem cinquenta e seis funcionárias nos estabelecimentos escolares em todo o concelho, que são efetivas e pertencem ao quadro da Câmara Municipal, para além dessas a Câmara contratou pontualmente mais cinco funcionárias no sentido de dar resposta a baixas médicas, por variadas razões. Referiu-se ainda a uma falha enorme na contratação de funcionários, por parte do Ministério da Educação, os quais são imprescindíveis ao funcionamento da escola. Já todos os funcionários receberam equipamentos de proteção individual fornecidos pela Câmara Municipal. No que respeita à questão das Bolsas de Estudo, informou que a Câmara Municipal irá continuar a manter esse apoio às famílias do nosso concelho, no valor total de noventa mil euros. -----

Interveio seguidamente o eleito senhor Joaquim Gervásio para apresentar uma Declaração denominada “Contra a farsa da falsa democratização da CCDR – Pela exigência da Regionalização”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----

*“A CCDR é uma estrutura desconcentrada do Estado, sem autonomia política, administrativa e financeira, dependendo das orientações e opções do governo, sendo que o primeiro-ministro tem, de acordo com o decreto-lei, a prerrogativa de demitir o presidente da CCDR caso este não cumpra os objetivos e orientações definidas centralmente.* -----

*O chamado processo de “democratização” das CCDR, com a eleição (prevista para o dia 13 de outubro deste ano), do Presidente e Vice-Presidente, decorre do acordo de 2018 entre PS e PSD e representa um simulacro e uma forma de adiamento do inadiável, e cada vez mais necessário, processo de regionalização*

*constitucionalmente consagrado. Estes dois partidos foram, e continuam a assumir-se, como principais responsáveis pela inviabilização em concreto, por todos os meios, da regionalização em Portugal. -----*

*Para nós, conhecendo outras preocupações e visões sobre a questão, bem como elementos contraditórios e dúvidas naturais no contexto, temos como opinião que elas não nos devem levar a desviar a atenção do elemento principal, que é de natureza política e não de oportunidade ou instrumental, e que é o de estarmos perante uma mistificação de conceitos e um logro, apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando em soluções desconcentradas um fator de redução da exigência de uma verdadeira descentralização, adiando mais uma vez a tão necessária Regionalização. -----*

*Independentemente da consideração ou simpatia de cada um de nós sobre os candidatos, o processo eleitoral atípico e a natureza da estrutura, devem obrigar-nos a dar maior valor ao elemento político e à sua denuncia, optando, em coerência, pelo voto em branco quer para o presidente, quer para o vice-presidente - cujos colégios eleitorais são distintos – como a opção que melhor vinca o distanciamento ativo da manobra em curso. -----*

*Montemor-o-Novo, 25 de setembro de 2020” -----*

Sobre o documento, o eleito senhor Carlos Zorrinho disse que apesar de vivermos tempos difíceis, devemos saudar a Democracia. Afirmou que todos os que aqui se encontram têm ideologias diferentes, mas objetivos comuns, que é fazer sempre o melhor pelas populações. Referiu que na sua opinião este processo de democratização é uma forma que pode conduzir à regionalização e os eleitos pelo Partido Socialista são a favor da Regionalização. Estas eleições para as CCDR tratam-se de uma municipalização, disse ainda o eleito. -----

O eleito senhor António Xavier afirmou que é contra a regionalização, que o povo também já a rejeitou e que acredita que voltará a rejeitar. -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou os eleitos que de acordo com o Despacho 8703/2020, ficam os mesmos convocados para a realização, no dia treze de outubro, de uma sessão extraordinária eletiva para a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, José Maria Fernandes para solicitar a intervenção da Câmara Municipal junto da Rodoviária do Alentejo, no sentido de alertar para o grau de perigosidade que as crianças que chegam nos transportes escolares ao Terminal Rodoviário estão sujeitas ao atravessar a Avenida Gago Coutinho, muitas vezes em corrida para chegar a tempo às aulas. Referiu-se ainda a possibilidade desse transporte ser feito até ao portão do estabelecimento escolar. -----

Para dar resposta, a senhora Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao senhor Vereador Gil Porto, o qual informou que está a ser avaliada em conjunto com a Rodoviária a possibilidade das carreiras que chegam pela manhã poderem passar junto da Escola EB 2,3 para deixar as crianças, nomeadamente as que vêm de Cortiçadas de Lavre, Lavre e Foros de Vale de Figueira. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão, António Fitas apresentou de seguida, em nome da bancada da CDU, uma Moção denominada de “Suplemento de insalubridade, penosidade e risco”, a qual se apresenta transcrita de seguida: -----



*“O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. -----*

*Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-lei n.º 53-A/98, de 11 de março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida. -----*

*A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade. -----*

*No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos sectores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da covid 19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância. -----*

*O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva. -----*

*É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas. -----*

*Assim, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida a 2020/09/25 reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência.” -----*

*Pedi para intervir o eleito senhor Joaquim Galvão afirmando que não é a favor dos suplementos. Considera que todos estes funcionários aqui referenciados deveriam ter sim um acréscimo remuneratório no seu vencimento, não um suplemento. Relativamente ao documento informou que vai abster-se. -----*

Intervio de novo o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras afirmando que a Tabela Remuneratória Única da Função Pública não é alterada desde dois mil e oito e quanto a isso o PCP já apresentou várias propostas. Essas alterações estão apenas dependentes da vontade do governo. Já que estes trabalhadores não podem ter uma remuneração digna, que pelo menos vejam reconhecido o perigo das suas profissões através da atribuição deste suplemento. -----

Ainda sobre esta Moção, o eleito senhor Augusto Pascoal reconheceu ter dificuldades em não votar favoravelmente, no entanto também lhe parece que se trata de uma matéria de natureza sindical e que requer uma avaliação também de carácter jurídico. Fez ainda uma proposta de alteração ao último parágrafo. -----

Intervio de novo o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão afirmando que na Moção apenas se pede a resolução do que já se encontra consagrado na lei, porque este suplemento apenas necessita de regulamentação. -----

Não havendo mais pedidos para usar da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com dezassete votos favoráveis dos eleitos pela CDU(quinze) e de dois eleitos pelo PS e dez abstenções dos eleitos pelo CDS/PP(um) e pelo PS(sete). -----

A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito senhor Pedro Bento que dirigiu algumas palavras à senhora Presidente da Junta de Freguesia do Ciburro para a parabenizar pela forma simples e pragmática como comunicou com os seus fregueses e com os órgãos de comunicação social no âmbito dos casos de Covid-19 que ocorreram na freguesia. -----

Referiu-se de seguida à falta de manutenção na Ecopista (limpeza da vegetação), assim como ao estado de degradação dos equipamentos de apoio (mesas, cadeiras, bancos, passadiços). O mesmo eleito questionou a senhora Presidente da Câmara Municipal sobre que intervenções tem pensadas para resolução urgente destas questões. De seguida colocou ainda algumas questões relacionadas com a empresa Gestão de Resíduos JMM, Lda. instalada na Zona Industrial da Adua. Referiu que no ofício recebido da Câmara Municipal, esta afirma que continua a aguardar o Parecer da CCDR. Assim sendo, questionou o executivo se na presente data já tem conhecimento se a empresa já obteve licenciamento porque se assim não for estamos ali perante um crime ambiental. -----

Para responder, a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que está em processo de discussão com a CIMAC a execução de Protocolo para uma intervenção mais vasta e em toda a Ecopista. Trata-se de uma intervenção financiada e que abrange todos os municípios do Alentejo Central. Referiu que grande parte do mobiliário urbano tem sido alvo de várias ações de vandalismo, nos últimos tempos. Relativamente à empresa Gestão de Resíduos JMM, Lda. a eleita informou que após a receção do Parecer por parte da CCDR, sobre o licenciamento da atividade, cujo teor foi favorável condicionado, a Câmara Municipal procedeu a um despacho, datado de julho de 2020, de aprovação da comunicação prévia para a obra de reabilitação do edificado respeitante ao lote denominado LC3. Posteriormente foi proferido um outro despacho para aprovação do projeto de arquitetura e licenciamento da obra de

alteração do muro de vedação do referido lote, o qual foi deferido com duas condições. Nesta data aguarda-se que seja entregue alguma documentação em falta. -- Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Bastos para falar sobre a intervenção no Mercado Municipal, perguntando para quando os futuros detentores de lojas e bancas poderão inaugurar os seus novos espaços de venda. Referiu também que ainda aguarda resposta da senhora Presidente da Câmara sobre os esclarecimentos que solicitou no que respeita à pluralidade dos órgãos da oposição quanto ao facto de não existirem quaisquer publicações/referências no Boletim Municipal. -----

Para responder ao eleito pelo PS, a senhora Presidente da Câmara referiu que as obras estão praticamente concluídas, faltando apenas terminar, julga-se que ao longo da próxima semana, uma intervenção a nível do fornecimento de energia, o qual foi totalmente remodelado. Logo após a respetiva vistoria final ao edifício, por parte da ANPC, estará em condições de ser feita a sua abertura. Quanto às questões colocadas pelos eleitos do Partido Socialista, a senhora Presidente informou que foram enviadas ao serviço jurídico da Câmara Municipal, para apreciação. -----

Usou da palavra de seguida o eleito pelo CDS-PP, senhor Luis Machado afirmando que após algumas alterações, considera correta a forma como a informação sobre a Pandemia Covid-19 esta a ser divulgada pela Câmara Municipal. -----

Não havendo mais pedidos de uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos. -----

1º. Ponto – Proposta de 3ª. Alteração Modificativa 2020 (Revisão Orçamental) -----

Sobre este primeiro ponto a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que esta alteração modificativa foi realizada pela necessidade que surgiu de incluir três questões: a criação de rubricas destinadas a investimentos que não constavam do PPI, o reforço para anos seguintes de rubricas já existentes e a criação de uma rubrica de receita que não estava considerada como tal, não havendo qualquer impacto no valor quer das receitas, quer das despesas. -----

Pediu para intervir o eleito senhor António Xavier dizendo que os documentos remetidos continuam a ter pouca qualidade de leitura. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos pela CDU e doze abstenções dos eleitos pelo PS(9); pelo PSD(1) e pelo CDS/PP(2). -----

2º. Ponto – Proposta de Adesão à Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 -----

Relativamente a esta proposta, senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião foi a fundadora desta Associação e a proposta que se apresenta é a formalização da adesão por parte deste Município, pretendendo-se que a mesma venha a traduzir-se numa mais valia para o nosso concelho. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra o documento foi colocado à votação, pela senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

3º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Espaço de Jogo e Recreio no Largo Machado dos Santos – Sobre esta proposta de Protocolo a senhora Presidente da Câmara Municipal informou que está relacionada com a instalação/criação de um espaço de jogo e recreio, numa área que encontra livre no espaço do jardim no Largo Machado dos Santos. -----  
Não havendo pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

4º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Requalificação de Parques Infantis -----  
Neste ponto, a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de uma proposta de Protocolo para requalificação de alguns dos parques infantis existentes na área da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. -----  
A senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento de seguida à votação, por não haver qualquer pedido para uso da palavra. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

5º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Passeios em Reguengo/S. Mateus. -----  
No uso da palavra a senhora Presidente da Câmara explicou que a proposta de Protocolo que se apresenta neste ponto, refere-se a uma intervenção nos passeios na zona do Reguengo, cujo objetivo é a melhoria das condições de atravessamento e de circulação pedonal, junto à Estrada Nacional 2. -----  
Pedi para intervir o eleito senhor Pedro Bento dizendo que os eleitos pelo Partido Socialista irão votar favoravelmente todos estes Protocolos, no entanto têm dúvidas sobre o facto de algumas vezes serem aqui apresentados protocolos referentes a obras já realizadas e pagas pelas Juntas de Freguesia, as quais correm o risco e verem esses protocolos reprovados pela Assembleia Municipal. -----  
Solicitou o uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado explicando que esta intervenção pelo seu carácter de urgência, já foi realizada, tendo a Junta de Freguesia assumido os respetivos custos. Deu como exemplo que já aconteceu, terem ocorrido intervenções em escolas, as quais devem acontecer impreterivelmente durante no período de férias escolares e não podem esperar pela realização das sessões da Assembleia Municipal. -----  
Voltou a intervir o eleito senhor Pedro Bento afirmando que a lógica seria que os Protocolos fossem apresentados, discutidos e votados previamente à execução das obras. -----  
Também pediu a palavra o eleito senhor António Xavier dizendo que esta situação é recorrente nas sessões da Assembleia Municipal. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão interveio de seguida para dizer que por vezes não é possível antecipar todas as obras que decorrerão, pela dinâmica de cada freguesia e por isso corre-se o risco de posteriormente um determinado Protocolo não ser aprovado. -----

Usou da palavra o eleito senhor Joaquim Galvão dizendo que concorda com a necessidade da realização das obras e que muitas vezes as juntas têm mesmo de dar o passo seguinte. Questionou sobre a possibilidade de a proposta ter a referência a subsídio e não a Protocolo. -----

Pediu para intervir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, António Danado explicando que a presente legislação obriga a que todas as transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesias sejam aprovadas pela Câmara Municipal e também pelo órgão deliberativo e apenas através de Protocolo. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

6º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Requalificação da EB1 – N.º3 -----

Quanto a esta proposta de Protocolo a senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata de uma intervenção na Escola Básica N.º3, com vista à reinstalação dos alunos do Jardim de Infância n.º1, para o qual está aprovada uma intervenção na totalidade do edifício. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a presente proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, com a ausência de um eleito do PS na sala. -----

7º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Requalificação da Rua do Pinheiro em Cortiçadas de Lavre -----

Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que a proposta de Protocolo que se apresenta diz respeito a uma obra de requalificação do passeio na Rua do Pinheiro, por forma a melhorar o acesso pedonal às instalações do posto Médico de Cortiçadas de Lavre. -----

Não havendo pedidos de esclarecimentos, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de seguida o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

8º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Cabrela – Requalificação da Antiga EB1 de Cabrela -----

Relativamente a esta proposta de Protocolo a senhora Presidente da Câmara Municipal disse que a mesma diz respeito a uma intervenção de requalificação do espaço físico da antiga EB 1 de Cabrela e onde funciona neste momento o ATL, através da Associação de Pais, que reativou as suas funções. -----

Pediu a palavra a senhora Presidente da Junta de Freguesia para informar que a referida intervenção já foi realizada, porque a Associação de Pais apresentou uma proposta de dinamização de um ATL não apenas no período do Verão, mas durante todo o ano e daí a necessidade da intervenção. A eleita informou ainda que abrangeu a substituição do chão da sala, a requalificação dos wc's e a pintura exterior do edifício. - Não havendo mais pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de Protocolo à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade (com a ausência de um eleito do PS na sala). -----

9º. Ponto - Assunção de compromisso plurianual – Aquisição de Bens – Fornecimento contínuo de bens alimentares para preparação de refeições / Refeitório Escolar de Montemor-o-Novo -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que no âmbito do procedimento de contratação pública para o fornecimento de bens alimentares para a preparação de refeições e atendendo aos valores envolvidos, verificou-se a necessidade de ser feita uma repartição dos mesmos nos anos 2020 e 2021. Esta alteração apresenta-se agora à deliberação da Assembleia Municipal, porque os valores diferem dos que já tinham sido aprovados pelo órgão deliberativo. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade (com a ausência de um eleito do PS na sala). - -----

10º.Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, o Centro Social e Paroquial de S.Cristóvão e a Junta de Freguesia de S.Cristóvão – Refeições Escolares – Ano letivo 2020/2021 -----

Relativamente a esta proposta a senhora Presidente da Câmara Municipal disse que se pretende retomar um Protocolo que tinha sido interrompido no ano letivo que finalizou, entre as entidades referidas para fornecimento de refeições ao Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo de S. Cristóvão, durante o presente ano letivo. -----

Não havendo pedidos para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

11º. Ponto – Proposta de Protocolo entre o Município de Montemor-o-Novo, Associação dos Amigos Unidos pelo Escoural e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Refeições Escolares – Ano letivo 2020/2021 -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que esta proposta diz respeito a um acordo que tem vindo a ser estabelecido entre a Câmara Municipal, a Associação dos Amigos Unidos pelo Escoural e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural para o fornecimento de refeições aos alunos do Jardim de Infância e Escola do 1º. Ciclo de Santiago do Escoural, para o ano letivo que se está a iniciar e conforme as condições apresentadas. -----

Uma vez que nenhum eleito manifestou intenção de usar da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

12º. Ponto – Proposta de Adenda ao Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras -----

Quanto esta proposta, a senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que se trata de uma adenda ao Contrato Interadministrativo estabelecido com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. do Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras originada pela inclusão de um espaço que não estava considerado e que respeita à manutenção tanto do edifício, como da área exterior da antiga Escola Primária de Colónias, que fica na área da referida União de Freguesias. -----

Não havendo qualquer pedido para uso da palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

13º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras – Beneficiação de Pavimentos da Envolvente ao Centro Cultural e Recreativo 1º. de Maio e Acesso ao Lar o Girassol e Rua da Liberdade, em S. Geraldo (União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras) -----

A senhora Presidente da Câmara Municipal informou que este Protocolo de Colaboração com a referida União de Freguesias visa uma intervenção de beneficiação do pavimento no acesso ao Centro Cultural e Recreativo de S. Geraldo e simultaneamente ao Lar O Girassol. A intervenção contempla ainda a Rua da Liberdade que é um pequeno arruamento que se encontra sem pavimentação. -----

Pediu a palavra o eleito senhor Joaquim Bastos para informar que também em sessão da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Bispo e Silveiras, onde é eleito, votou favoravelmente esta mesma proposta. Fez ainda uma homenagem, a José de Matos Júnior, recentemente falecido, o qual foi o grande impulsionador destas obras e que por certo hoje estaria muito satisfeito por ver a realização destas intervenções. -----

Usou também da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras também para prestar homenagem a José de Matos Júnior, falecido como vítima de Covid 19 e reconhecendo tal como a população, o benfeitor que foi para S. Geraldo. Referiu ainda que a Junta de Freguesia pretende subscrever uma proposta apresentada pela direção do Centro Cultural 1º. Maio e pela direção do Lar O Girassol para atribuição do nome de “Rua José de Matos Júnior” à atual “Rua do Centro Cultural”, a qual será votada na Comissão de Toponímia. -----

Não havendo outros pedidos para intervir, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

14º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Obras de Beneficiação no Edifício Escolar de Foros de Vale de Figueira -----

Neste ponto, usou da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que se trata de um Protocolo para a realização de obras de beneficiação no edifício da



Escola Primária de Foros de Vale de Figueira, nomeadamente nos pisos e equipamentos lúdicos no espaço exterior, bem como da pintura exterior do edifício. --- Não havendo qualquer pedido de esclarecimentos, o documento foi de seguida colocado à votação pela senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----  
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

15º. Ponto – Proposta de Não Aceitação de Competências na área da Educação para 2021 -----

No âmbito do processo de transferência de competências para as autarquias locais, a partir de um de janeiro de dois mil e vinte, todas as competências assumirão, para todos os municípios um carácter universal, com exceção de um diploma ligado à segurança e saúde animal e com exceção das áreas da Educação e Saúde e Ação Social, cujo Decreto Lei 56/2020 adia para março de dois mil e vinte e dois, esse carácter universal. O município à semelhança da posição já assumida relativamente a outros diplomas mantém a decisão de não aceitação dessas transferências prevista para janeiro de dois e vinte e um, proposta aprovada em reunião de Câmara, submetendo-se agora à Assembleia Municipal essa proposta. -----

Pediu para intervir o eleito senhor Carlos Zorrinho dizendo que os eleitos pelo Partido Socialista votarão contra esta proposta, assim como contra as duas propostas seguintes, porque não concordam com o facto do município se recusar permanentemente em servir com proximidade as populações e de não aceitar negociar com o governo alguns pontos destas transferências. -----

Pediu a palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras, António Danado afirmando se esta fosse uma verdadeira transferência de competências, os eleitos pela CDU aceitariam por certo estas competências. Mas pelo contrário, considera que se trata aligeirar de responsabilidades do governo, pretendendo apenas transferir para os municípios matérias da sua responsabilidade, com inúmeras dificuldades em termos de funcionários e outras. -----

Pediu a palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que o governo já reconheceu, ele próprio, que não estão criadas as condições para o exercício dessas funções, sendo que pelo país fora existem inúmeras Câmaras e Assembleias Municipais que também já rejeitaram estas transferências e de diferentes forças políticas. -----

Não havendo outros pedidos para uso da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou o documento à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU(15) e pelo PSD(1), nove votos contra dos eleitos pelo PS e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP. -----

16º. Ponto - Proposta de Não Aceitação de Competências na área da Saúde para 2021  
Relativamente a esta proposta, a senhora Presidente da Câmara Municipal afirmou que a Câmara Municipal no que respeita a área da Saúde, mantém a mesma posição de não aceitação do exercício destas competências para o ano de dois mil e vinte e um.  
Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU(15) e pelo PSD(1), nove votos contra dos eleitos pelo PS e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP. -----

17º. Ponto - Proposta de Não Aceitação de Competências na área da Ação Social para 2021 -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara afirmando que esta área foi a última a ser aprovada pelo governo, através do Decreto-Lei 55/2020 de 12/08 e que de acordo com a informação disponível, a Câmara Municipal considerou não ser possível aceitar também esta transferência de competências em dois mil e vinte e um. -----

Interveio o leito senhor António Xavier afirmando que na sua opinião a CDU deveria ter uma posição mais proactiva relativamente a este assunto que já vem sendo debatido há bastante tempo e de extrema importância para todos, pelo que os eleitos pelo CDS/PP decidiram abster-se. -----

Voltou a usar da palavra a senhora Presidente da Câmara Municipal para dizer que o Decreto-Lei já referido remete para portarias um conjunto de propostas para o exercício de algumas das funções, no entanto até ao momento não existem. -----

Informou que os serviços da Câmara Municipal estão a trabalhar no processo de incorporação das restantes transferências que se irão concretizar a partir de janeiro de dois mil e vinte e um e na próxima sessão da Assembleia Municipal deverá ser transmitida informação mais detalhada sobre todo o processo. -----

Não havendo mais pedidos para usar da palavra a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos eleitos pela CDU(15) e pelo PSD(1), nove votos contra dos eleitos pelo PS e duas abstenções dos eleitos pelo CDS/PP. -----

18º. Ponto – Declaração de Interesse – Requalificação do Espaço Coletivo do Coreto de Lavre -----

A senhora Presidente da Câmara informou que a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre solicitou à Câmara Municipal a emissão de declaração no âmbito de uma candidatura ao Programa “Renovação de Aldeias” realizada pela referida Freguesia para requalificação do espaço envolvente ao Coreto de Lavre e que o município considerou vir a ser uma mais valia para a referida vila, a qual se apresenta à Assembleia Municipal para deliberação. -----

Não havendo outros pedidos para usar da palavra a senhora Presidente da Assembleia colocou de seguida a proposta à votação. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade. -----

19º. Ponto - Informação da Atividade da Câmara Municipal -----

Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para dizer que a Câmara Municipal divulga os dados sobre a situação epidemiológica do concelho a partir da informação recebida das fontes oficiais. -----

Informou ainda os eleitos que na sequência de reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, no passado dia vinte e três de setembro, foi aprovada a criação de uma Subcomissão de Saúde dentro da Comissão Municipal de Proteção, a qual passará a garantir um acompanhamento mais agilizado da situação em concreto da COVID-19.-

Disse ainda que é necessário valorizar todo o trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde, pela equipa de saúde pública, pelo delegado de saúde e pelas forças de

segurança, no âmbito das suas competências, no acompanhamento de todo este processo. -----

Valorizou ainda o trabalho de coordenação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia no sentido de garantir a melhor resposta às necessidades que vão sendo identificadas e o reforço da divulgação para a sensibilização das medidas de prevenção. A Câmara Municipal continuará a acompanhar todas as diligências promovidas ao nível do distrito, através do Serviço Municipal de Proteção Civil. Disse ainda que o serviço de Ação Social tem acompanhado a equipa multidisciplinar nas visitas às ERPI'S e Lares Residenciais do concelho, para além do acompanhamento do início do ano escolar no concelho. -----

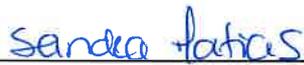
A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público, não tendo havido nenhuma intervenção. -----

A mesa procedeu, de seguida à leitura da Minuta da ata, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte.-----

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo. -----

A Presidente da Assembleia Municipal



Sandra Cristina Esperança Matias

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues